

4

A produção das diferenças espaciais

As desigualdades sociais constituem característica estrutural das sociedades humanas. Estas derivam das diferenças no acesso aos recursos variados entre os indivíduos o que por sua vez afecta significativamente a qualidade de suas vidas (Giddens 2000:296).

A estrutura das sociedades reflecte uma hierarquização de segmentos ou extractos sociais produzida segundo diversas características como: sexo, idade, categoria socio-profissional, etnia, etc. Ora, frequentemente, estas características são utilizadas, isoladamente ou em simultâneo, para a produção de desigualdades sociais, pois as características fisiológicas, só por si, não produzem a desigualdade social na medida em que factores como a cor dos olhos, a estatura física, gostos artísticos não influenciam as oportunidades de vida concreta ou as posições sociais dos indivíduos. A desigualdade social resulta sim de um acesso desigual aos bens, serviços, ou oportunidades, cuja razão explicativa se encontra nos mecanismos que estruturam a própria sociedade.

Pode-se definir a desigualdade social como uma diferença construída socialmente no acesso aos recursos de diversa natureza. Deste modo, o facto de se deter maior ou menor riqueza, prestígio social, nível de escolarização e sucesso escolar; capacidade de exercício de poder ou de cidadania, entre outros, depende dos mecanismos sociais adoptados e que condicionam os destinos dos indivíduos (Ferreira 1995:325-326).

As abordagens teóricas referentes às desigualdades sociais permitem fazer uma análise das dinâmicas sociais na cidade de Nampula. Desde a sua fundação, a cidade de Nampula albergou uma população com diferentes posições nas relações produtivas – a população branca detentora dos meios de produção e a população negra, referida institucionalmente, como fornecedora de mão-de-obra; essa divisão era complementada por uma classificação hierárquica que considerava a população branca constituída por “cidadãos de primeira” e a

negra por “cidadãos de segunda”. Assim, configurava-se o quadro estrutural e das relações sociais de dominação vigentes numa sociedade (baseada na supremacia da raça branca) que tinha, no seu topo, uma oligarquia comercial e agrícola – como classe dominante – e na sua base, o campesinato moçambicano – a classe dominada. Estas disposições constituíam os alicerces que engendraram as desigualdades no acesso aos bens e recursos de diversa ordem. A legislação vigente assegurava que os benefícios sociais e económicos favorecessem à população branca em detrimento da população negra. Actualmente, as desigualdades são acentuadas pela inserção diferenciada no mercado de trabalho, pelo poder aquisitivo e pelo prestígio social e político, no quadro de uma economia dependente de financiadores externos.

Ora, como explicar, então, a prevalência de uma hierarquia de lugares ou áreas que agrupam indivíduos com base na semelhança de suas características socio-económicas?

Segundo Girod (1984), a hierarquia dos lugares pode ser a expressão da divisão da sociedade em camadas ou classes produzidas pela distribuição da renda e/ou da habitação. Deste modo, surge a noção de estratificação social que resulta da repartição desigual de direitos, de poderes, de riquezas e de todas outras vantagens ou desvantagens entre diversas fracções da população (Ferreira 1995).

As desigualdades sociais expressam-se através dos sistemas de estratificação social. A desigualdade está incrustada no tecido social de todas as sociedades; expressa-se através do sistema de estratificação social, ou do posicionamento de grupos de indivíduos na sociedade, que perpetua ganhos (ou recompensas) e oportunidades de vida desiguais na sociedade: assim sendo, a estratificação social refere um sistema de desigualdades estruturadas em que os grupos sociais são dispostos hierarquicamente uns sobre os outros do topo – os mais favorecidos – à base – os menos privilegiados. Todas as sociedades passadas e recentes tiveram ou têm alguma forma de estratificação, embora o grau de desigualdade entre os estratos sociais possa variar (Giddens 2000:296; Newman 1997:320).

A dinâmica das sociedades induz, frequentemente, para que as desigualdades sociais conduzam às diversas formas de exclusão social, dentre elas: a exclusão política (acesso e usufruto dos direitos de cidadania) e a exclusão económica (Estivill 2003:17-18; Marshall 1967:63-64). A noção de exclusão, apesar de não pertencer à teoria económica, surge e se alimenta da noção de exclusão económica – aquela que procura captar a conjugação dos processos que separam os indivíduos, grupos e territórios dos centros produtivos e de consumo. Não se coloca a questão apenas em termos de pobreza/riqueza,

igualdade/desigualdade na posse e uso dos bens produzidos. A dimensão económica da exclusão torna-se válida quando se percebe que os excluídos constituem camadas não solventes da procura, os inúteis e supranumerários, os “resíduos” do desenvolvimento, a “miséria do mundo”, os da “classe baixa” ou os “perdedores” apagados do cenário económico. (Estivill 2003:17-18; Ferreira 1995:327).

Portanto, mais do que a criação de tipologias, urge a necessidade de apreender a natureza de um fenómeno separador, consecutivo e cumulativo que se encontra no cerne da sociedade. A deslocação fabril, a segmentação do mercado de trabalho e as consequentes diferenciações introduzidas nos estatutos dos trabalhadores(as), a diversidade de acesso aos bens de consumo, os equipamentos e serviços económicos, sociais, educativos, sanitários, culturais e outros, são traduzidos na segregação espacial e urbana (Estivill 2003: 17-18; Newman 1997:383).

As tendências sócio-espaciais na cidade de Nampula

Nos últimos anos, observam-se inúmeras transformações na paisagem das cidades moçambicanas resultantes de novas configurações sócio-espaciais. A partir da década de 90, as políticas de desenvolvimento social e económico adoptadas pelo Estado repercutiram-se na produção do espaço urbano, produzindo nele diferenças que exprimem as desigualdades operadas pela distribuição da riqueza. As alterações que se revelam na paisagem das cidades são produzidas por práticas sócio-espaciais resultantes, dentre outras, das intervenções urbanas sob a égide do Estado - reassentamento populacional no meio urbano - e da expansão do mercado fundiário que estimula o deslocamento de fracções de população urbana a partir do centro para os bairros suburbanos e periferias das cidades.

A intervenção sob a égide do Estado

Em finais da década 80, as intervenções urbanas sob a égide do Estado, e financiadas pelo Banco Mundial, visavam a reabilitação de determinados edifícios considerados degradados no centro da cidade. As operações incluíram a construção de moradias de “baixo custo” em bairros suburbanos e/ou periféricos para o reassentamento, supostamente provisório, dos residentes retirados dos edifícios abrangidos. Este processo produziu uma diferenciação residencial nos bairros suburbanos e nas áreas periféricas. As habitações dos novos residentes distinguem-se das pré-existentes tanto pelo tipo de material usado na construção (cimento) como pela alocação de serviços urbanos. Assim, a paisagem dos bairros alterou-se com o surgimento de “enclaves” residenciais

distintos em áreas onde outrora havia uma similaridade entre as residências. A diferenciação residencial é, pois, acompanhada por uma segregação social, uma vez que socialmente os novos residentes não se identificam com os antigos residentes dos bairros suburbanos e ou periféricos, alegadamente porque os hábitos ou o modo de vida trazidos do núcleo central diferem daqueles prevalentes nos bairros suburbanos; lugares habitados maioritariamente por uma população que supostamente se identifica mais com o meio rural. É neste contexto que se pode referir que a diferenciação residencial tende a exacerbar a segregação socio-espacial na cidade.

A expansão do mercado fundiário

A influência da expansão do mercado fundiário sobre o deslocamento de população urbana a partir das áreas centrais da cidade e sua fixação residencial em bairros suburbanos e/ou periféricos possui características similares ao processo descrito na secção anterior. As diferenças entre os dois processos residem no facto de que no caso corrente o deslocamento ocorre como uma opção individual estimulada pela especulação fundiária.

Desde o início da década 90, os serviços cadastrais municipais responsáveis pela gestão do solo urbano passaram a atribuir títulos de uso e ocupação de parcelas de terra para construção de vivendas unifamiliares dentro das cidades. As parcelas de terra localizam-se ou em áreas ecologicamente consideradas reservas ambientais ou em bairros periféricos oficialmente considerados como áreas de expansão no plano urbanístico da cidade colonial. O acesso às parcelas cedidas pelas autoridades municipais é condicionado pelo cumprimento de determinadas normas urbanísticas e arquitectónicas inspiradas na cidade ocidental que à partida funcionam como critérios de selecção dos novos moradores.

O tipo de construção, dado pelo material e pela arquitectura – moradias unifamiliares com mais de um piso, etc. – observado nos novos “enclaves” residenciais indica o status sócio-económico dos seus proprietários. Pois, trata-se de indivíduos com alto poder aquisitivo e com capacidade de cumprir com as exigências urbanísticas requeridas que frequentemente têm acesso ao solo nas áreas referidas.

Não raras vezes, a demanda pelo solo nos novos “enclaves” residenciais torna-se maior que a oferta e porque se encontram circundados pelo espaço onde predominam casas de construção precária (caniço), o seu crescimento horizontal tem-se feito à custa da expulsão dos antigos residentes – famílias de baixa renda que trocam as suas parcelas de terra, por valores monetários

irrisórios ou por algum material de construção considerado melhorado (cimento e zinco), para abandonar o bairro.

As novas intervenções urbanas têm como corolário o surgimento de quatro áreas que se revelam na paisagem da cidade ou no interior de um só bairro:

i) Primeira área

A primeira área é resultante da integração de áreas rurais nos limites administrativos da cidade; reside grande parte da população que migrou do campo para a cidade. Note-se que nestas áreas a vida quotidiana é dominada pelo tempo cíclico e as práticas sócio-espaciais são regidas predominantemente pelo direito costumeiro; as habitações são construídas de argila, caniço ou pau-a-pique. Os residentes, que na sua maioria são camponeses pobres, recorrem aos serviços de educação e de saúde localizados nos bairros suburbanos vizinhos; o comércio é dominado por trocas locais em espécie ou em dinheiro ao longo das vias de acesso ou nas sombras de árvores relativamente mais frondosas.

O fornecimento de água é feito a partir de poços ou de fontanários, a energia eléctrica e telefonia fixa são inexistentes ou à semelhança da maior parte dos bairros suburbanos: (i) têm abrangência muito restrita; (ii) estão sujeitos a constantes avarias/cortes; (iii) e os que não conseguem cumprir com os requisitos para ter um acesso oficial operam com ligações clandestinas. As vias de acesso não estão asfaltadas e nem sempre beneficiam de iluminação pública. As vias não pavimentadas são arenosas, de difícil transitabilidade e estão sujeitas à erosão na época chuvosa, dada a falta de sistema de drenagem de águas pluviais.

A colecta e o tratamento de resíduos sólidos são feitos a partir de iniciativas dos residentes locais: enterro do lixo nos quintais ou deposição em crateras abertas pela erosão. Nestas áreas o lixo não constitui um problema para os moradores porque a sua produção é menor.

Esta área não dispõe de sistema de esgotos e, por isso, as águas residuais são despejadas nos quintais ou mesmo nas ruas. O uso de latrinas melhoradas é predominante, contudo, algumas famílias usam latrinas ditas tradicionais (sujeitas ao desabamento durante a época chuvosa) ou simplesmente não possuem qualquer tipo de latrina.

Na primeira área, o papel dos órgãos municipais resume-se apenas na colecta do imposto municipal.

ii) Segunda área

A segunda área é caracterizada pela predominância de habitações ditas melhoradas: construídas com paredes de cimento e cobertura de zinco. A ocupação das parcelas de terra ocorre com assessoria das autoridades municipais – responsáveis pelo parcelamento do solo, e pela demarcação dos arruamentos, e que exigem a adopção de requisitos mínimos urbanísticos. Os residentes desta área consideram-se com uma cultura urbana superior a dos residentes da primeira área e por isso procuram manter vínculos com o núcleo central da cidade, ainda que tenham que percorrer grandes distâncias. A população residente é constituída, na sua maioria por funcionários subalternos, operários, prestadores de serviços domésticos e desempregados (mas ocupados no comércio de rua).

O fornecimento de energia eléctrica, água canalizada, telefonia fixa e televisão tem pouca abrangência e de pouca qualidade, havendo casos em que, por exemplo, há cortes de energia que abrangem, mas, não afectam a terceira. As vias de acesso são de terra batida e, em alguns casos, beneficiam de iluminação pública.

Esta área não possui sistema de drenagem de águas pluviais. Os resíduos sólidos são depositados em contentores geridos pelos serviços municipais, mas o seu tratamento enfrenta problemas comuns à cidade inteira; é assim, que não raras vezes, o lixo acumulado excede a capacidade dos contentores e pode levar vários dias sem que seja removido.

As moradias estão providas de um sistema de latrinas melhoradas e há uma tendência para sua substituição por retretes com autoclismo. Algumas residências possuem um sistema de fossas cépticas que garante o escoamento dos esgotos e das latrinas melhoradas para um colectador onde os resíduos ou são absorvidos pelo solo ou são drenados por camiões de sucção.

iii) Terceira área

A terceira área é caracterizada por construções arquitectónicas, semelhantes às dos bairros mais prestigiados do núcleo central da cidade, que à partida reflectem grandes investimentos de capital financeiro na construção da habitação. Nesta área são comuns moradias unifamiliares com dois ou mais pisos. Ainda não se observam condomínios fechados na cidade de Nampula. O acesso ao solo é mediado pelos órgãos municipais.

Os residentes desta área constituem fracções da população que abandonou o centro da cidade. Contudo, o nível de vida adquirido obriga-os a recorrer frequentemente ao uso de serviços localizados no centro da cidade, mas,

também de outros que atraídos pelos novos consumidores começam a se fixar dentro ou na proximidade dos “novos enclaves” residenciais.

O fornecimento de energia eléctrica e de água canalizada e os serviços de telefonia fixa e de televisão são de melhor qualidade do que nas áreas anteriores. As vias de acesso não são pavimentadas e em alguns casos não beneficiam de iluminação pública. A recolha e o tratamento de resíduos sólidos são feitos pelos residentes. Não há redes de drenagem de água pluvial nem sistemas de esgotos munidos de componentes para o tratamento e reciclagem da água.

As características da terceira área ilustram o facto de que os elementos de urbanidade são introduzidos com investimento dos próprios moradores, sem a intervenção do sector público e privado, e também por se tratar de áreas residenciais construídas recentemente.

A quarta área corresponde ao centro da cidade. Trata-se do espaço urbano que a cidade herdou do passado colonial a partir do qual, e em sua função, irradiam as práticas sócio-espaciais actuais.

As dinâmicas descritas nas secções anteriores produziram um espaço qualitativamente novo que contém em si oposições, contradições e conflitos sócio-espaciais transpostos de unidades espaciais maiores – a cidade inteira – para unidades urbanas menores – os bairros. Dessa forma, começam a surgir no interior dos bairros suburbanos e/ou periféricos das cidades moçambicanas diferenciações derivadas da distribuição desigual da riqueza e da habitação – factores que induzem a diferenciação residencial e especificam a tendência actual da paisagem das cidades moçambicanas. Pois, a distribuição dos lugares residenciais opera agrupamentos em função da capacidade financeira dos indivíduos – estratificação social – e no caso presente, onde a distância social tende a ganhar uma forte expressão espacial, colocar-se-á em foco a questão relativa à segregação urbana.

A diferenciação residencial

A história dos agrupamentos sociais baseados na diferenciação residencial em Moçambique, e na cidade de Nampula, não é recente. A diferenciação social e espacial actual tem a sua génese nas transformações e fragmentações sucessivas que configuravam a cidade colonial. Segundo Wilson (1941), citado por Hannez (1980), a política urbana colonial pressupunha que a população africana nas cidades devia ser constituída por residentes temporários: ‘trabalhadores fisicamente capazes que deixavam, para trás, todos ou parte dos seus dependentes na aldeia, assim que eles partiam para os centros urbanos onde eles próprios passariam curtos períodos das suas vidas’. Desse modo:

(...) a habitação não era planejada para mais [pessoas] do que, quanto muito, para um homem e sua mulher, com um ou dois filhos menores, num quarto único. Os salários, e a ração alimentar que era fornecida aos trabalhadores, pelas empresas empregadoras, não eram suficientes para o agregado familiar inteiro (Hannez 1980:125).

Por outro lado, segundo a política adoptada pela administração colonial – que evidentemente enquadrava-se nas estratégias competitivas para a redução dos salários dos trabalhadores – consistiu na alocação de parcelas de terra aos trabalhadores africanos para que, assim, pudessem construir sua casa própria e completassem a ração alimentar com a produção agrícola (Wilson 1941 in Hannez 1980). Capta-se aqui, portanto, a origem do fenómeno das ruralidades nas cidades africanas cujo fundamento conforma-se nas estratégias de acumulação da riqueza e, por conseguinte, na reprodução das relações sociais.

A paisagem urbana revela variações espaciais, engendradas pela diferenciação residencial explicada a partir das desigualdades operadas pelo parcelamento e pelo tipo de habitação e esta segundo o material de construção e arquitectura. Nos bairros que constituem o centro da cidade – antiga cidade colonial – as habitações estão erguidas em lotes planeados e construídas segundo modelos arquitectónicos europeus; predomina o uso de material de construção dito convencional (cimento: betão, blocos de cimento, telhas e zinco). Enquanto, nos bairros periféricos, as habitações são construídas com uma arquitectura dita espontânea; o material de construção varia desde o uso de argila (blocos de argila de fabrico doméstico) e zinco até o uso de troncos de árvores (pau-a-pique) e capim ou palha. O loteamento não obedecem à um planeamento urbanístico oficial.

Tudo indica que por detrás do tipo de habitação, do material utilizado, e da localização da residência encontram-se factores relacionados com a inserção dos indivíduos na economia da cidade e, por isso, das desigualdades no acesso aos recursos – factores relacionados com a distribuição da riqueza. Pois, os resultados das entrevistas mostram que há uma tendência de os indivíduos com emprego na economia dita formal residirem ou em bairros dentro da “cidade colonial”, ou então nos bairros periféricos, mas, em habitações construídas com material dito convencional (blocos de cimento com cobertura de telhas ou zinco) enquanto os indivíduos ligados à economia agrícola e às actividades ditas informais residem predominantemente em bairros periféricos com habitações construídas com material dito precário – em áreas onde predomina a auto-construção, acesso reduzido ou inexistente à energia eléctrica, água canalizada, sem sistemas de saneamento e de esgotos – em contraste com as áreas centrais.

Em geral, a diferenciação residencial está relacionada com as desigualdades no poder aquisitivo dos indivíduos: os grupos domiciliares moram em habitações de material precário e em áreas sem acesso aos serviços urbanos ou porque os preços do solo ou de aluguer de habitação são baixos em relação com outras áreas. Os residentes que experimentam melhorias no poder aquisitivo tendem a substituir o material de construção da habitação, o pau-a-pique e capim pelo cimento e zinco, mesmo permanecendo nos bairros periféricos.

A diferenciação residencial revela também diferenças no acesso ao solo para construção da habitação assim como no tipo de propriedade da habitação. As informações de campo indicam que há uma tendência para uma generalização da venda do solo urbano. Muitos entrevistados, dos bairros periféricos, afirmaram ter comprado o talhão onde construíram a habitação. No entanto verificou-se a coexistência de outras formas de acesso ao solo urbano: herança, oferta e empréstimo ou aluguer – formas estas que envolvem diversos actores (agentes municipais, antigos utentes ou camponeses e “compradores”). Todas as formas de acesso ao solo, acima referidas, predominam nos bairros periféricos onde ou a propriedade do solo não foi formalizada ou ocorreu parcelamento recente monitorado pelos agentes municipais ou o acesso a terra ocorre sob normas do direito costumeiro.

Paralelamente com as formas de acesso ao solo, a propriedade de habitação revela dinâmicas similares. Tanto nos bairros centrais como periféricos há uma tendência para o predomínio da habitação própria. Nos bairros centrais a habitação própria torna-se comum; o facto deve-se ao processo de alienação de apartamentos, cuja propriedade era do Estado, que vem decorrendo nos últimos anos. Ao contrário, e como se referiu anteriormente, nos bairros periféricos a habitação própria está vinculada à génese dos próprios bairros. O aluguer de habitação é um fenómeno recente quer nos bairros centrais como nos periféricos. Esta forma de acesso à habitação é incentivada pela escassez da habitação nos limites administrativos da cidade e pelos fluxos de estudantes suscitados pela nova função universitária existente na cidade.

